



# SENADO FEDERAL

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

### Nº 144, DE 2019

Altera a Constituição Federal para limitar as hipóteses de iniciativa legislativa exclusiva de tribunais e do Procurador-Geral da República, e estabelece a obrigatoriedade de os Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público, anualmente, enviarem relatório de suas atividades à Câmara do Deputados e ao Senado Federal.

**AUTORIA:** Senador Luiz do Carmo (MDB/GO) (1º signatário), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)



[Página da matéria](#)



## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador LUIZ DO CARMO

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 44, DE 2019

Altera a Constituição Federal para limitar as hipóteses de iniciativa legislativa exclusiva de tribunais e do Procurador-Geral da República, e estabelece a obrigatoriedade de os Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público, anualmente, enviarem relatório de suas atividades à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** Os arts. 93, 103-B, 128 e 130-A da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 93.** Lei complementar disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

.....  
**Parágrafo Único.** A iniciativa de lei complementar a que se refere o *caput* deste artigo cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República ou ao Supremo Tribunal Federal.” (NR)

**“Art. 103-B.** .....

.....  
§ 8º O Conselho Nacional de Justiça enviará à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, em noventa dias após a abertura a sessão legislativa seguinte, relatório anual de suas atividades.” (NR)



SF/19322.96387-70

Página: 1/7 30/08/2019 13:03:23

9bc2c50da73be9a471b72efb0aced395abdf8a7c

Recebido em 18/09/2019  
Folha 20 de 30  
Luiz do Carmo  
C. 29851 SLSF/SGM



## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador LUIZ DO CARMO

“Art. 128. ....

.....

§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é do Procurador-Geral, de qualquer membro ou Comissão do Poder Legislativo ou do Chefe do Poder Executivo do respectivo ente federativo, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

.....

§ 7º Compete ao Procurador-Geral e ao Presidente da República, a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, a iniciativa de lei para dispor sobre a organização e funcionamento do Conselho Nacional do Ministério Público.” (NR)

“Art. 130-A. ....

.....

§ 6º O Conselho Nacional do Ministério Público enviará à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, em noventa dias após a abertura a sessão legislativa seguinte, relatório anual de suas atividades.” (NR)

**Art. 2º** A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 96-A:

“Art. 96-A. A iniciativa legislativa cabe:

I – aos tribunais, a qualquer membro ou Comissão do Poder Legislativo e ao Chefe do Poder Executivo do respectivo ente federativo para propor a criação de novas varas judiciárias;

II – ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, aos tribunais, a qualquer membro ou Comissão do Poder Legislativo e ao Chefe do Poder Executivo do respectivo ente federativo para:

- a) alterar a organização e a divisão judiciárias;
- b) alterar o número de membros de tribunal;
- c) criar ou extinguir tribunais;

§ 1º Compete ao Supremo Tribunal Federal, ao Presidente da República, a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos







## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador LUIZ DO CARMO

Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, a iniciativa de lei para dispor sobre a organização e funcionamento do Conselho Nacional de Justiça.

§ 2º A iniciativa prevista no I e na alínea *a* do inciso II deste artigo, quando exercida por tribunal, limita-se ao próprio tribunal e aos órgãos a ele vinculados.

§ 3º A iniciativa prevista no inciso II, *b* e *c*, quando exercida por tribunal, dirige-se aos tribunais inferiores.”

**Art. 3º** Ficam revogadas a alínea *d* do inciso I e as alíneas *a*, *c* e *d* do inciso II do art. 96.

**Art. 4º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que ora apresentamos tem o objetivo de reduzir as hipóteses de iniciativa legislativa exclusiva de tribunais e do Procurador-Geral da República.

A Constituição Federal de 1988 ampliou sobremaneira as hipóteses de iniciativa exclusiva de tribunais. Na Constituição de 1946, essa iniciativa se limitava à criação ou a extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos, consoante dispunha o inciso III de seu art. 97.

Reconhecemos que a iniciativa legislativa de tribunais tem a finalidade de evitar excessiva dependência do Poder Judiciário e do Ministério Público a outros poderes. Portanto, estamos mantendo a iniciativa de tribunais e do Procurador-Geral para propor leis. Todavia, com a aprovação de nossa Proposta de Emenda à Constituição, essa iniciativa, nas hipóteses mencionadas na proposição, passará a, também, ser de qualquer parlamentar ou do chefe do Poder Executivo.

Enfim, a PEC preserva a iniciativa do Poder Judiciário e do Ministério Público. Entretanto, essa iniciativa passará a ser compartilhada





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador LUIZ DO CARMO

com outros agentes. Estamos, pois, convertendo algumas hipóteses de iniciativa exclusiva em iniciativa concorrente.

Estamos mantendo a iniciativa exclusiva para a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros.

Em verdade, a iniciativa exclusiva tem servido, em muitos casos, de escudo para manutenção de privilégios. Nesse sentido, o art. 66 da Lei Orgânica da Magistratura, por exemplo, prevê sessenta dias de férias para magistrados. Em razão da iniciativa exclusiva, o parlamento não consegue eliminar esse injustificável privilégio.

Não se diga que nossa proposta ofende a separação e independência dos poderes. Realmente, a análise da ofensa à independência não deve se ater às regras de iniciativa legislativa, mas sim ao conteúdo da lei proposta.

Além disso, é exagero afirmar que o estado democrático de direito dependa da manutenção da iniciativa legislativa exclusiva de tribunais. Consoante já expusemos, a Constituição Federal de 1946 continha hipótese de iniciativa de tribunais bastante estritas e nem por isso se poderia classificar essa Constituição como autoritária.

A própria iniciativa para dispor sobre a organização do Ministério Público da União, nos termos do art. 61, § 1º, II, d, da Constituição de 1988, é concorrente entre o Procurador-Geral da União e o Presidente da República. Como se vê, o compartilhamento da competência para propor leis que versem sobre órgãos independentes não é solução estranha ao texto constitucional.

Também é relevante registrar que o STF já decidiu pelo cabimento de PEC, de iniciativa parlamentar, sobre matérias reservadas a outros poderes (ADI 5296 MC/DF, rel. Min. Rosa Weber, j. 18.05.2016, DJe 240, de 11.11.2016). Logo, se a apresentação de PEC por parlamentar sobre matérias de iniciativa de outros poderes não ofende cláusula pétrea, com a



SF/19322.96387-70

Página: 4/7 30/08/2019 13:03:23

9bc2c50da73be9a471b72efb0aced395abdf8a7c







## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador LUIZ DO CARMO

mesma razão é de se entender ser possível alterar as hipóteses constitucionais de iniciativa exclusiva.

Na nossa Proposta, também estamos prevendo a necessidade de o CNJ e o CNMP enviar relatórios anuais ao parlamento. Essa medida visa a prestigiar a transparência, facilitando o acompanhamento de suas atividades pela sociedade. Pelo caráter hermético desses órgãos, a sociedade pouco ou nada sabe do que fazem.

Certos de que esta PEC contribuirá para o aperfeiçoamento de nossa democracia, contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação da Proposta.

Sala das Sessões,

Senador **LUIZ DO CARMO**



SF/19322.96387-70

Página: 5/7 30/08/2019 13:03:23

9bc2c50da73be9a471b72efb0aced395abdf8a7c





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador LUIZ DO CARMO

*Altera a Constituição Federal para limitar as hipóteses de iniciativa legislativa exclusiva de tribunais e do Procurador-Geral da República, e estabelece a obrigatoriedade de os Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público, anualmente, enviarem relatório de suas atividades à Câmara do Deputados e ao Senado Federal.*

	Parlamentar	Assinatura
OK	Luiz do Carmo	
OK	Roberto Rocha	
OK	Marcelo Bittor	
OK	Márcia Gomes	
OK	FRANCISCO SOMMER	
OK	Donaldo P. Zondino	
OK	Carlos Lima	
OK	Paulo Rocha	
OK	Flávio ARNS	
OK	Guilherme Campos	
OK	Wagner Moura	
OK	KATIA ABREU	
OK	E. AMIN	
OK		
OK	ZERQUINA MARINHO	
OK	Flávio ARNS	
OK	Paulo PAIM	
OK	Styvenny Lima	
OK	Sergio P. P. P.	
OK	Angelo Poronez	



SF/19322.96387-70

Página: 6/7 30/08/2019 13:03:23

9bc2c50da73be9a471b72efb0aced395abdf8a7c







## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador LUIZ DO CARMO

*Altera a Constituição Federal para limitar as hipóteses de iniciativa legislativa exclusiva de tribunais e do Procurador-Geral da República, e estabelece a obrigatoriedade de os Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público, anualmente, enviarem relatório de suas atividades à Câmara do Deputados e ao Senado Federal.*

Parlamentar	Assinatura
OK Jorginho Melo	
OK ROSE DE FREITAS	
OK Marcelo Costa	
OK NELSON	
OK FELIX	
OK EDUARDO BRAGA	
OK FABIANO PONTARATO	
OK MARCOS ROGERIO	
OK HUMBERTO COSTA	
OK MARCOS DO CARMO	



SF/19322.96387-70

Página: 7/7 30/08/2019 13:03:23

9bc2c50da73be9a471b72efb0aced395abdf8a7c





# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- parágrafo 3º do artigo 60

- artigo 93

- artigo 103-A

- artigo 128

- artigo 130-